

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DE S. PAULO Class.: 786

Data 06/30/84 Pg.: _____

Funai prepara novas acusações contra Jurandy

Do Sudoeste de Brasília
A Procuradoria Jurídica da Funai está preparando novo dossiê com denúncias que devem envolver o ex-presidente do órgão, Jurandy Marcos da Fonseca, por ter autorizado "verbalmente" a derrubada de madeira de lei na reserva indígena dos suruí, em Rondônia. De acordo com denúncia feita pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ), Fonseca teria sido subornado por Cr\$ 30 milhões para permitir a derrubada das árvores.

Jurandy Fonseca, ouvido ontem pela "Folha", reagiu: "Isso é brincadeira. Esse negócio de autorização verbal não existe. Como é que alguém pode provar que uma pessoa recebeu Cr\$ 30 milhões para autorizar uma madeira a derrubar árvore em área indígena? Eles vão ter que provar isso tudo".

Disse ainda que há três meses recebeu denúncia do Banco Mundial informando que a Comexmad estava abatendo árvores na área dos suruí e, imediatamente, mandou a Polícia Federal parar os trabalhos. "A Polícia esteve lá e fui informado de que essa empresa estava explorando madeira em suas próprias terras".

As investigações da Procuradoria estão sendo feitas no município de

Espigão D'Oeste (RO). Lá, a empresa Comercial Exportadora de Madeira (Comexmad), de propriedade de João Batista Freitas Neto, abateu 4.500 árvores entre os rios 14 de Abril e Roosevelt, dentro da reserva suruí, já demarcada. De acordo com relatório feito pela antropóloga Bete Mindlin, já encaminhado à Funai, a empresa "foi autorizada verbalmente" para derrubar as árvores, pelo ex-presidente do órgão tutor dos índios. Fonseca manteve contato pessoal com os dirigentes da empresa em uma de suas viagens ao Rio de Janeiro, segundo consta das primeiras investigações feitas pela Procuradoria.

Enquanto apura o envolvimento de Jurandy com a Comexmad, a Funai determinou abertura de inquérito policial contra a empresa "por roubo de madeira em área indígena", informou ontem o procurador-geral, Irineu de Oliveira.

Indeferido

Em julho passado, a Comexmad encaminhou à Funai pedido de autorização para derrubada de madeira (mogno, massaranduba, angelim) na reserva dos suruí, prometendo implantar infraestrutura na área indígena, com construção de estrada. O

processo foi examinado pela Assessoria de Planejamento (Asplan) e Departamento de Patrimônio Indígena (DPI), que foram contrários à autorização. O pedido foi então indeferido, formalmente, pelo ex-presidente.

Em setembro, a Funai foi informada que a empresa abriu uma serraria na reserva e estava trabalhando na derrubada de madeira. A partir daí a Procuradoria iniciou as investigações, que foram interrompidas quando surgiram as denúncias sobre o arrendamento das terras dos índios cadivéu, em Mato Grosso do Sul.

A prorrogação dos contratos de arrendamento na serra da Bodoquena, reserva cadivéu, com base na portaria assinada pelo ex-presidente da Funai, será encaminhado à Justiça, com abertura de inquérito para apurar as responsabilidades. A informação é do chefe de gabinete do órgão, Marcos Terena.

Na próxima semana, a Funai notificará os 84 arrendatários sobre a anulação dos contratos, de acordo com portaria baixada pelo presidente do órgão, Nelson Marabuto. A anulação da portaria atende pedido feito pelas lideranças cadivéu que se encontram em Brasília, acompanhando o cacique João Príncipe.



Jurandy diz que as acusações são "brincadeira" e que a Funai tem que provar

Moreira Mariz